



CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO, REQUALIFICAÇÃO/ALTERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO DESTINADO À ATIVIDADE DE CAFÉ / BAR COM ESPLANADA, SITO NO PARQUE URBANO DE SANTIAGO, PELO PERÍODO DE 15 ANOS, RENOVÁVEL AUTOMATICAMENTE POR PERÍODOS DE UM ANO ATÉ AO MÁXIMO DE 20 ANOS

Processo nº EDOC/2014/18055



ÍNDICE

I - PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

- 1.- IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
- 2.- ENTIDADE ADJUDICANTE
- 3.- ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO / DELIBERAÇÃO DE CONTRATAR
- 4.- CONSULTA DO PROCESSO
- 5.- RECLAMAÇÕES OU DÚVIDAS SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS
- 6.- PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 7.- PROPOSTAS VARIANTES
- 8.- DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA
- 9.- PRAZOS DO CONCURSO
- 10.- ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES
- 11.- CONCORRENTES
- 12.- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
- 13.- NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO
- 14.- PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 15.- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 16.- CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO
- 17.- CONTRATO
- 18.- CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
- 19.- ENCARGOS DOS CONCORRENTES
- 20.- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

II - CADERNO DE ENCARGOS

- 1.- OBJETO
- 2.- CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO
- 3.- FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO
- 4.- OBRAS
- 5.- PUBLICIDADE
- 6.- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
- 7.- OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO
- 8.- ESTUDOS E PROJETOS
- 9.- EXECUÇÃO DAS OBRAS
- 10.- UTILIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E PRIVADAS
- 11.- FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS
- 12.- PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
- 13.- POSIÇÃO CONTRATUAL E MUDANÇA DE RAMO
- 14.- DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS
- 15.- PREÇO DA CONCESSÃO
- 16.- DURAÇÃO DA CONCESSÃO
- 17.- CADUCIDADE E REVOGAÇÃO
- 18.- FORO COMPETENTE

III –ANEXOS

ANEXO 1 - Minuta da declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

ANEXO 2 - Minuta de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º. do CCP

ANEXO 3 - Planta do espaço

I - PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

1.- IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1- Concurso público para a concessão do uso privativo, requalificação/alteração e exploração de um espaço municipal destinado à atividade de café / bar com área de esplanada, pelo período de 15 anos, renovável automaticamente por períodos de um ano até ao máximo de 20 anos, localizado no Parque Urbano de Santiago, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 6 do artigo 1.º e da alínea b), do n.º 1 do artigo 21.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (doravante designado por CCP) e ao abrigo dos artigos 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto.

2.- ENTIDADE ADJUDICANTE

2.1. A entidade adjudicante é o Município de Viseu, pessoa coletiva n.º 506 697 320, com sede na Praça da República, em Viseu, com o número de telefone 232 427 427, fax 232 425 757 e endereço eletrónico www.cm-viseu.pt;

2.2. O processo de concurso decorre no Setor de Património através da plataforma eletrónica www.compraspublicas.com de acordo com o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

3.- ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO / DELIBERAÇÃO DE CONTRATAR

A deliberação de contratar subjacente ao presente procedimento foi tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu realizada no dia 18/12/2014 – deliberação n.º 1651 – 01.13.01.

4.- CONSULTA DO PROCESSO

Requisitos de Acesso à Plataforma Eletrónica:

- a) A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso” a ser efetuada no portal www.compraspublicas.com.
- b) Após inscrição e validação da documentação solicitada, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta de peças concursais.

5.- RECLAMAÇÕES OU DÚVIDAS SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

5.1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas devendo ser colocados na plataforma eletrónica em local próprio, disponível para o efeito;

5.2 – Os esclarecimentos e as retificações serão prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo para apresentação das propostas;

5.3 – Os esclarecimentos e as retificações acima referidas fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.

6.- PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, na plataforma eletrónica até às **23h00** do 60º dia a contar da data da publicação do anúncio em Diário da República;

6.2 – Os documentos que constituem a PROPOSTA são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;

6.3 – Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a PROPOSTA não possa ser apresentado, deve ser encerrado em envelope opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar a designação do procedimento e da entidade, e enviado por correio registado à entidade adjudicante até ao fim do prazo estabelecido para entrega de propostas;

6.4 – A proposta e os documentos são obrigatoriamente **redigidos em língua portuguesa**, e deverão ser **datados e assinados** através de um certificado qualificado: (Cartão de Cidadão; DigitalSign; Multicert).

7.- PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes nem com alterações ao Caderno de Encargos.

8.- DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

8.1. Na proposta, o concorrente manifesta à entidade concedente a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo, **sendo constituída pelos seguintes documentos, densificados de acordo com o estabelecido no número 6 do presente programa de procedimento:**

- a)** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa de Procedimento;
- b)** Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, tais como:
 - i. Estudo prévio da proposta de reabilitação do espaço, respeitando as características indicadas nas peças do procedimento, e respeitando a portaria 701-H, de 29 de Julho de 2008 e que contenha os seguintes elementos:
 - a) Indicação por escrito da área de implantação do espaço fechado e da esplanada;
 - b) Memória Descritiva e Justificativa, e elementos gráficos elucidativos da solução proposta sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis e outros desenhos em escala apropriada, sendo todas as peças do projeto devidamente assinadas pelos seus autores e acompanhadas dos respetivos termos de responsabilidade previstos na legislação aplicável;
 - c) Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e dos equipamentos mais significativos
 - ii. Identificação da equipa projetista, incluindo os certificados respetivos de acordo com a Lei n.º 31/2009 de 03 de Julho e portaria n.º 1379/2009 de 30 de Outubro, que regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projetos, pela direção de obras e pela fiscalização de obras, previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, sem prejuízo do disposto em legislação especial.
 - iii. Valor mensal proposto.
 - iv. Apresentação do mobiliário a utilizar na esplanada.

- v. Apresentação do estudo de decoração interior, com indicação do mobiliário a incluir;
- vi. Calendarização da obra;

8.2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis ao esclarecimento, e de interesse para apreciação das propostas (catálogos, certificados de origem, ensaios) ou outros que sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta;

8.3. A declaração referida na alínea a) do nº 8.1 deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

8.4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do nº 8.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

8.5. O preço é indicado em algarismos e por extenso, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito em algarismos prevalecerá sempre o indicado por extenso.

9.- PRAZOS DO CONCURSO

- i. Entrega das propostas: 60 dias;
- ii. Entrega do projeto de execução licenciado e com as especialidades aprovadas: 90 dias após comunicação da adjudicação;
- iii. Execução das obras: Máximo 120 dias, após aprovação do projeto de execução;
- iv. Prazo da concessão: 15 anos, renovável automaticamente por períodos de um ano, até ao máximo de 20 anos.

10.- ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES

O júri do procedimento, na fase de apreciação das propostas e sempre que o considere necessário para efeitos de análise e da avaliação destas, poderá pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as mesmas.

11.- CONCORRENTES

11.1- Podem concorrer todas as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP;

11.2- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou agrupamentos de pessoas coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação;

11.3- A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas os concorrentes agrupados serão responsáveis, solidariamente com o grupo, perante o Município de Viseu, pela manutenção da sua proposta e pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta e do contrato, com as legais consequências daí decorrentes;

11.4- No caso da adjudicação da exploração ser feita a um agrupamento de concorrentes, estes associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, sendo que, tratando-se de um agrupamento de pessoas singulares, estas deverão adotar uma das modalidades legalmente previstas.

12.- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade concedente, atendendo aos seguintes fatores:

A – Valor mensal proposto - 30%

B – Qualidade da proposta – 35%

C – Investimento proposto – 35%

As propostas serão avaliadas usando para cada um dos fatores as seguintes fórmulas:

1.º Fator – Valor mensal proposto (peso 30%)

1.º Sub-Fator: Valor mensal proposto - VMP (peso 30%)

Para a determinação da classificação no 1.º fator de avaliação será aplicada a seguinte fórmula:

$$VMP = \left(\frac{Rp - Rm}{(Rm)} \right)$$

em que:

Rp – Valor mensal proposto a pagar ao Município;

Rm – Valor mínimo a pagar ao Município, estipulado em 400€ (quatrocentos euros).

2.º Fator – Qualidade da proposta (peso 35%)

Para o apuramento da qualidade da proposta serão considerados os seguintes sub-fatores e coeficientes de ponderação:

1. Estudo Prévio	100%
i. Área de implantação sem esplanada.....	20%
ii. Memória Descritiva e Justificativa, e elementos gráficos elucidativos da solução proposta sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis e outros desenhos em escala apropriada.....	40%
iii. Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e dos equipamentos mais significativos	40%

A apreciação e valoração dos subfactores referentes ao Estudo prévio, será feita com base nos seguintes parâmetros de avaliação e tabela de pontuação.

Para a valoração do subfactor i) aplicamos o seguinte parâmetro de avaliação e tabela de pontuação:

- a) 1 Pontos se..... $A_i > 250,00m^2$ ou $A_i \leq 100,00m^2$
- b) 2 Pontos se $100,00m^2 < A_i \leq 130,00m^2$
- c) 3 Pontos se..... $130,00m^2 < A_i \leq 150,00m^2$
- d) 4 Pontos se..... $150,00m^2 < A_i \leq 200,00m^2$
- e) 5 Pontos se..... $200,00m^2 < A_i \leq 250,00m^2$

Em que:

AI – é a área de implantação sem esplanada em m².

Para a valoração dos subfactores ii) e iii) aplicamos o seguinte critério:

- a) Insuficiente - Omissa ou desajustada..... **1 Ponto;**
- b) Incompleta – Não cumpre ou não verifica alguns dos aspetos essenciais exigidos..... **2 Pontos;**
- c) Suficiente - Verifica, expõe ou cumpre razoavelmente os aspetos essenciais, embora com algumas lacunas..... **3 Pontos;**
- d) Bom - Verifica, expõe e cumpre a quase totalidade dos aspetos essenciais..... **4 Pontos;**
- e) Muito Bom - Verifica, expõe e cumpre integralmente, de forma clara e com pormenorização os aspetos essenciais **5 Pontos;**

A pontuação global deste fator (QP) será calculada, para cada proposta, a partir da soma algébrica simples das pontuações atribuídas aos concorrentes em cada subfactor ponderadas dos respetivos coeficientes de ponderação, em conformidade com a seguinte fórmula:

$$(QP) \text{ Pontuação} = AI \times 20\% + MDJ \times 40\% + PC \times 40\%$$

Com:

AI – Pontuação atribuída à área de implantação sem esplanada;

MDJ – Pontuação atribuída à memória descritiva e justificativa do estudo prévio;

PC – Pontuação atribuída à definição geral dos processos de construção e materiais envolvidos;

3.º Fator: Investimento proposto - IP (peso 35%)

Para a determinação da classificação no 3.º fator de avaliação será aplicada a seguinte fórmula:

$$IP = \left(\frac{IVp - IVm}{(IVm)} \right)$$



Em que:

IVP – Investimento Proposto na reabilitação do café/bar.

IVm – Investimento mínimo: 25 000,00€.

A pontuação final das propostas de cada concorrente (PF) será calculada a partir da soma algébrica simples das pontuações obtidas nos fatores Valor Mensal Proposto, Qualidade da Proposta e Investimento Proposto, ponderadas dos respetivos coeficientes de ponderação, em conformidade com a seguinte fórmula:

$$(PF) \text{ Pontuação Final} = RMP \times 30\% + QP \times 35\% + IP \times 35\%$$

Com:

VMP - Pontuação obtida no fator do valor mensal proposto

QP – Pontuação obtida no fator da qualidade da proposta

IP – Investimento Proposto

A adjudicação será efetuada à proposta economicamente mais vantajosa, isto é, a proposta que obtenha a pontuação final **(PF) mais elevada**.

13.- NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

13.1. - A deliberação de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, acompanhada do respetivo relatório final de análise das propostas;

13.2. - Juntamente com a notificação da deliberação de adjudicação, o concorrente é igualmente notificado para:

- a)** Apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo de 5 dias úteis;
- b)** Confirmar no prazo de 5 dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

14.- PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1 – Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, no prazo de 5 dias úteis, a contar da notificação de adjudicação;

14.2 – Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

15.- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1- Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial, que também deve apresentar;

15.2 – Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artº.55º. do CCP, nomeadamente:

i. Documento comprovativo em como não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenadas por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;

ii. Declaração que ateste que a situação do adjudicatário se encontra regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;

iii. Declaração que ateste que a situação do adjudicatário se encontra regularizada relativamente a Impostos devidos em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;

iv. Documento comprovativo em como não foi condenado por sentença transitada em julgado por crimes de participação em atividades de uma organização criminosa, corrupção,

fraude, branqueamento de capitais, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoa singular; No caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenadas pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação.

15.3. - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa devendo ser acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira;

15.4. - Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa;

15.5. - Pode sempre exigir-se ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade daqueles.

16.- CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

16.1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo de 5 dias úteis fixado para o efeito na alínea a) do número 13.2 deste programa de procedimento;
- b) No prazo que lhe for fixado quando se tratar de documento de habilitação que lhe venha a ser exigido nos termos do n.º 8 do art.º 81º do CCP;
- c) Redigidos em língua portuguesa ou, quando for o caso, acompanhados da tradução devidamente legalizada.

16.2. Quando as situações referidas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, conceder-se-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação;

16.3. Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, também, a caducidade da adjudicação;

16.4. Caduca igualmente a adjudicação se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no número 15.2 deste programa de procedimento, no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação que lhe for concedida para o efeito;

16.5. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão / deliberação de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

17.- CONTRATO

Aceitação/reclamação da minuta do contrato

17.1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar é notificada ao adjudicatário, a qual se considera aceite por este quando haja aceitação expressa ou quando dela não reclame nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação;

17.2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos nos termos do n.º 2 do art.º 99º do CCP;

17.3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão / deliberação, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

18.- CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

18.1 - O contrato deve ser celebrado no prazo de 20 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão / deliberação sobre a reclamação;

18.2 - A entidade concedente comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato;

18.3 - Para além dos casos previstos no número 16 deste programa de procedimento, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser



um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos exigidos nos termos previstos no n.º 5 do art.º 4.º deste programa de procedimento;

18.4 - Nos casos previstos no número anterior a entidade concedente adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente;

18.5 - Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade concedente não outorgar o contrato no prazo previsto no número 1 deste número 18, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta.

19.- ENCARGOS DOS CONCORRENTES

19.1- Constituem encargo dos concorrentes todas as despesas inerentes à elaboração das propostas;

19.2- São ainda encargos do concorrente adjudicatário as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito.

20.- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o regime previsto no CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e, supletivamente, o Código do Procedimento Administrativo.



II - CADERNO DE ENCARGOS

1.- OBJETO

O objeto do presente concurso público é a concessão do uso privativo, requalificação/alteração e exploração de um espaço municipal destinado à atividade de café / bar com área de esplanada, sito no Parque Urbano de Santiago, inserido em Plano de Pormenor da Cava de Viriato, pelo período de 15 anos, renovável automaticamente por períodos de um ano até ao máximo de 20 anos.

2.- CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO

2.1- O espaço tem a área de implantação de 26,72 m2, conforme planta constante do Anexo 3, e será permitida uma ampliação até ao máximo de 250,00 m2 e eventual aproveitamento da cobertura para a execução de uma esplanada desde que sejam previstos elementos arbóreos vegetativos como solução de um enquadramento paisagístico;

2.2- O funcionamento do estabelecimento será reservado a café / bar.

3.- FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO

3.1- Ao espaço em causa apenas poderá ser dado o fim aqui estabelecido, constituindo obrigação do concessionário a obtenção prévia das licenças ou autorizações que permitam a sua utilização;

3.2- Durante o período de exploração, a conservação ficará a cargo do concessionário, que terá de cumprir com todas as disposições regulamentares;

3.3- Durante o período de exploração, o concessionário pagará um valor mensal ao Município de Viseu.

4.- OBRAS

4.1- Quaisquer obras carecem de autorização expressa e prévia do Município de Viseu (sem prejuízo da observância das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis); serão executadas por conta do concessionário e ficando as mesmas, desde logo, propriedade do Município de Viseu, sem que assista ao concessionário qualquer direito de retenção;

4.2- A reabilitação do estabelecimento deve respeitar a legislação em vigor.

5.- PUBLICIDADE

A instalação de quaisquer dispositivos publicitários carece de expressa e prévia autorização do Município de Viseu e está sujeito a licenciamento municipal, nos termos gerais aplicáveis.

6.- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O horário de funcionamento respeitará as normas em vigor para estabelecimentos similares no concelho de Viseu.

7.- OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

Constituem obrigações do concessionário:

7.1- Fornecer e instalar todos os equipamentos e utensílios necessários ao bom e eficaz funcionamento do café e da esplanada, de acordo com o tipo e características do serviço que se propôs prestar;

7.2- Adquirir e instalar os elementos de mobiliário urbano (mesas, cadeiras e guarda-sóis) a colocar na área de esplanada previamente aprovados pelo Município de Viseu;

7.3- Zelar pelo bom funcionamento e qualidade do serviço prestado no estabelecimento;

7.4- Assegurar a limpeza, conservação e segurança do espaço e respetivos equipamentos, bem como a limpeza e manutenção das instalações sanitárias existentes no seu interior, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos de higiene e todos os consumíveis necessários ao seu bom funcionamento, bem como da limpeza e manutenção de todos os elementos de mobiliário urbano que compõem a esplanada;

7.5- Proceder à limpeza da área da concessão, bem como à recolha dos resíduos decorrentes de consumos no estabelecimento em toda a área adjacente, devendo tal limpeza ser contínua durante o período de funcionamento do estabelecimento e estar diariamente assegurada à hora de abertura do estabelecimento;

7.6- Dotar o estabelecimento de equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente a recolha seletiva de vidro, embalagens e papel;

7.7- Contratar com a EDP o fornecimento de energia elétrica e fazer as obras ou suportar os custos necessários à instalação do ramal entre a rede pública e o espaço;

7.8- Contratar e manter serviço telefónico, fazendo as obras ou suportando os custos necessários à instalação do ramal entre a rede pública e o espaço - caso se trate de ligação a rede fixa;

7.9- Contratar com os SMAS o fornecimento de água e suportar os custos do estabelecimento da ligação;

7.10- Instalar um ponto de *internet* sem fios, gratuito para o utilizador, com cobertura mínima da totalidade da área da concessão;

7.11- Avisar de imediato a Câmara Municipal de Viseu sempre que algum perigo ameace os equipamentos objeto da presente exploração, ou que terceiros se arroguem direitos sobre os mesmos.

8.- ESTUDOS E PROJETOS

8.1- Compete ao adjudicatário promover por sua conta e inteira responsabilidade, de acordo com as disposições técnicas da legislação aplicável, a elaboração dos estudos e projetos relativos às obras abrangidas no concurso;

8.2- Esses estudos e projetos, designadamente de carácter técnico, ambiental e económico, deverão satisfazer as regras gerais relativas à qualidade, segurança, economia e comodidade, sendo apresentadas ao nível do programa base;

8.3- O Município de Viseu facultará ao adjudicatário todos os estudos de que disponha. Os dados referidos nesses estudos não constituem compromisso para a entidade adjudicante.

8.4- As normas a observar na elaboração dos projetos, que não sejam indicadas no caderno de encargos, nem constem de disposições legais ou regulamentares em vigor ou das condições gerais e específicas de execução das Obras apresentadas pelo adjudicatário na sua proposta, deverão ser as que melhor se coadunem com a técnica de construção das Obras abrangidas pelo Concurso.

8.5- O plano de Investimentos do adjudicatário será faseadamente concretizado em projetos de execução, que deverão ser totalmente compatíveis com os objetivos e prioridades estabelecidos naquele.

8.6- O adjudicatário deverá submeter à apreciação da entidade adjudicante os projetos de execução relativos às obras previstas em cada ano até 30 de Setembro. A entidade adjudicante deverá pronunciar-se no prazo máximo de 30 dias. No caso de obras que careçam de licenciamento o adjudicatário deverá submeter as obras a licenciamento da entidade adjudicante.

8.7- As alterações aos projetos de execução devem ser previamente comunicadas pelo adjudicatário à entidade adjudicante, juntado o respetivo projeto de alteração, excetuando-se aquelas que pelas suas características, não afetam a solução adotada, devendo no entanto o adjudicatário delas dar conhecimento à entidade adjudicante no prazo de 30 (trinta) dias após a alteração.

8.8- Cada projeto de execução deverá definir os processos de construção, a natureza dos materiais e equipamentos a utilizar, descrevendo de forma detalhada e tão exaustiva quanto possível as diversas situações de trabalhos, matérias e equipamentos cuja utilização se torne possível ou mais conveniente durante a realização das Obras e todos os procedimentos e normas a cumprir na execução das mesmas.

8.9- Cada projeto de execução deverá conter, para além das peças escritas e desenhadas próprias do estudo, os seguintes elementos:

- a) Volume-síntese de apresentação geral da obra a realizar, com a designação, descrição e composição dos investimentos;
- b) O respetivo caderno de encargos;
- c) Mapa de medições de trabalhos;
- d) Orçamento;
- e) Cronograma financeiro;

8.10- Os projetos de todas as obras compreendidas no âmbito do Concurso deverão sujeitar-se às normas legais e regulamentares em vigor e ser submetidos às entidades para o efeito competentes, devendo ficar no local da obra um exemplar do projeto aprovado, em bom estado de conservação e ao dispor da entidade fiscalizadora, sendo da responsabilidade do adjudicatário obter as necessárias aprovações ou licenciamentos.

9.- EXECUÇÃO DAS OBRAS

9.1- O adjudicatário não poderá dar início à execução das obras sem previamente ter apresentado à entidade adjudicante os projetos de execução, respetivos cadernos de encargos e normas técnicas de construção, dando-lhe também conhecimento prévio da data prevista para o início das obras.

9.2- A entidade adjudicante deverá pronunciar-se sobre os projetos de execução num prazo máximo de 30 dias para as obras a executar durante os primeiros 2 anos e de 60 dias para as obras previstas para os anos seguintes, findos os quais e depois das aprovações licenciamentos ou procedimentos pré-contratuais exigidos, poderão ser executados.

9.3- Todas as obras serão realizadas com emprego de materiais de boa qualidade e a devida perfeição, segundo as regras de arte, em harmonia com as disposições legais e regulamentares em vigor e as características habituais em obras do tipo das que constituem o objeto do presente concurso.

10.- UTILIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

10.1- O adjudicatário obrigar-se-á ao estabelecimento de um planeamento dos seus trabalhos em conjunto com as autoridades ou serviços aos quais possa interessar a execução dos trabalhos nas vias públicas, de forma a minorar os inconvenientes que daí advenham para a população.

10.2- Sempre que seja necessário executar trabalhos nas vias públicas, o adjudicatário informará previamente a entidade adjudicante, com um prazo mínimo de 30 (trinta) dias, e cumprirá a legislação em vigor relativa à sinalização das Obras a realizar, especificando, designadamente, o trabalho que está a ser executado, a sua data de início e finalização e o horário de condicionamento das Obras a efetuar.

10.3- Para o exercício das suas obrigações decorrentes do Contrato deste Concurso o adjudicatário terá o direito de utilizar as vias públicas sob o domínio municipal, incluindo o subsolo.

11.- FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS

11.1- Nos termos do contrato, o adjudicatário terá a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a boa execução das Obras, devendo impor a existência de um Livro de Obra no respetivo estaleiro.

11.2- O adjudicatário não poderá em caso algum, alegar deficiências de conceção ou de construção, bem como quaisquer atrasos ou falta de receção das Obras acima referidas, para se escusar ao cumprimento de qualquer das suas obrigações contratuais.

11.3- A entidade adjudicante acompanhará e fiscalizará todas as Obras realizadas pelo adjudicatário, tendo livre acesso ao respetivo estaleiro e Livro de Obras, podendo emitir pareceres e recomendações.

11.4- Em todos os contratos que celebre com terceiros para a realização de obras, o adjudicatário, deverá incluir uma cláusula que permita à entidade adjudicante, ou a quem esta indicar, acompanhar e fiscalizar a execução de todas as obras, nos termos referidos no número anterior.

12.- PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

12.1- O adjudicatário fica responsável pelo licenciamento, nos termos da legislação aplicável ao direito de ocupação ou do exercício de qualquer atividade nos terrenos, edificações e outras infraestruturas que lhe estejam afetas.

12.2- É obrigação do adjudicatário obter todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato.

12.3- O adjudicatário ficará responsável pela utilização, proteção e gestão das infraestruturas afetas ao serviço público.

12.4- Durante o período de exploração, a conservação ficará a cargo do adjudicatário, e terá de cumprir com todas as disposições regulamentares.

12.5- Durante o período de exploração o adjudicatário pagará um valor mensal ao Município de Viseu;

13.- POSIÇÃO CONTRATUAL E MUDANÇA DE RAMO

13.1- O concessionário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato nem proceder a qualquer forma de cedência do estabelecimento, salvo prévia e expressa autorização da Câmara Municipal de Viseu, sendo nulos e de nenhum efeito os atos e contratos celebrados pelo concessionário em infração ao disposto neste preceito;

13.2- O concessionário não poderá proceder a qualquer mudança do ramo de exploração do estabelecimento.

14.- DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS

14.1- É da responsabilidade do concessionário a obtenção da autorização de utilização junto da Câmara Municipal de Viseu;

14.2- O concessionário está sujeito a todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade que exerce.

15.- PREÇO DA CONCESSÃO

15.1- O concessionário pagará o preço mensal devido pela concessão até ao oitavo dia da mensalidade a que respeita, com início a partir da celebração do contrato e mediante a emissão do primeiro recibo;

15.2- A falta de pagamento no prazo designado faz incorrer o concessionário em mora, que determinará a obrigação do pagamento do preço mensal em dívida, acrescido dos respetivos juros de mora à taxa legal;

15.3- O preço mensal devido pela concessão será atualizado anualmente de acordo com os fatores de atualização aplicáveis aos arrendamentos não habitacionais.

16.- DURAÇÃO DA CONCESSÃO

A concessão é a título precário, pelo prazo de 15 anos, renovável automaticamente por períodos de um ano até ao máximo de 20 anos, a contar da data da assinatura do contrato.



17.- CADUCIDADE E RESOLUÇÃO

17.1- Constitui causa de caducidade da concessão, o decurso do prazo respetivo e constitui causa de resolução da mesma o incumprimento, por parte do concessionário, de quaisquer das obrigações constantes do Caderno de Encargos;

17.2- Nos casos previstos no número anterior não assiste ao concessionário direito a qualquer indemnização, designadamente por quaisquer obras que tenha executado;

17.3- A resolução da concessão pode ainda ser determinada pela CMV, antes do decurso do prazo respetivo, por motivos de interesse público.

18.- FORO COMPETENTE

Os litígios decorrentes da interpretação do presente concurso público e das respetivas condições, serão reguladas pela legislação portuguesa e submetidas ao foro da comarca de Viseu, com renúncia a qualquer outro.

ANEXOS

ANEXO 1

Minuta da declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17);
- ii) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- iii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iv) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- v) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO 2

Minuta de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

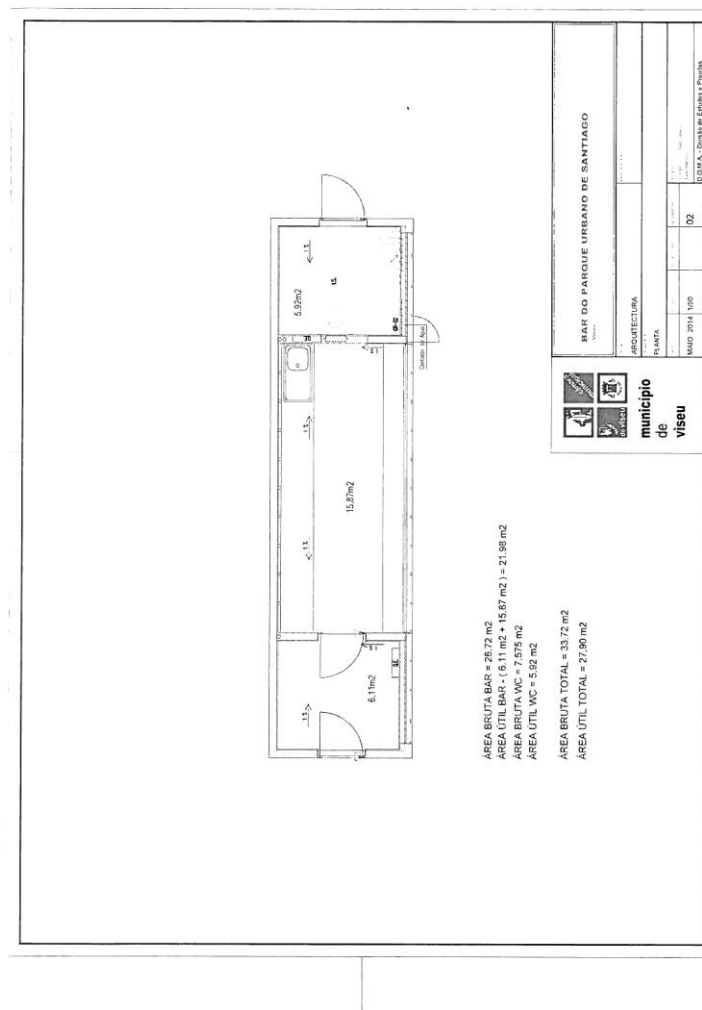
Assinatura:



- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO 3

PLANTA DO ESPAÇO



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

